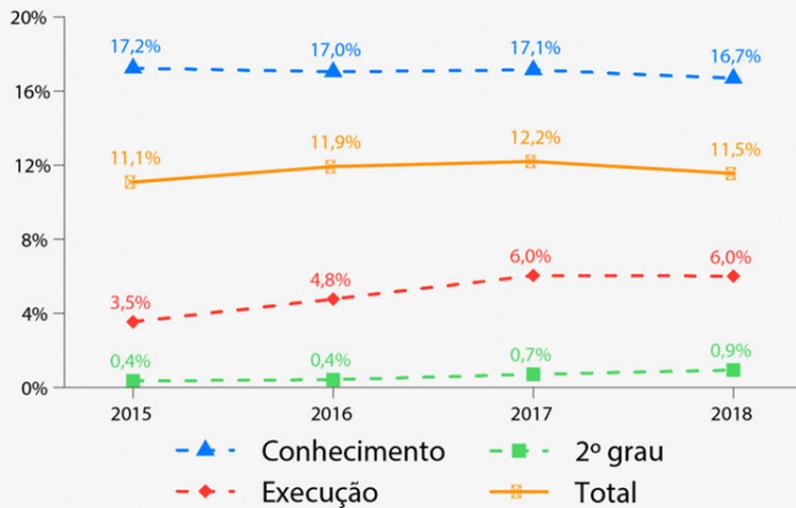


Judiciário homologou 4,4 milhões de acordos em 2018

Série histórica do índice de Conciliação



Em 2018, o Poder Judiciário proferiu, aproximadamente, 4,4 milhões de sentenças homologatórias de acordos entre as partes envolvidas em processos, ou seja, 11,5% de todas as ações que tramitaram na Justiça no ano passado. Dessas, 3,7 milhões foram sentenças na fase processual e 700 mil na fase pré-processual. O estímulo ao entendimento entre as partes integra a política do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2006, quando foi implantado o Movimento pela Conciliação. A iniciativa, além de responder de maneira ágil e satisfatória aos envolvidos em conflitos judiciais, o que, por consequência, ainda ajuda na redução das demandas na Justiça.

A análise da série histórica que integra o Relatório Justiça em Números 2019 revela um quadro de estabilidade, com tendência a queda, em termos de realização de conciliação entre os envolvidos no processo. O gráfico a seguir retrata a variação na efetivação de acordos em diferentes fases processuais e graus de jurisdição. É importante observar que o índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

Entre 2015 e 2018, o percentual de conciliação na fase de conhecimento do processo manteve-se estável durante três anos e registrou ligeira redução de 0,4 ponto percentual no último ano. Após crescimento por dois anos consecutivos, os acordos na fase de execução se estabilizaram. No segundo grau de jurisdição registrou-se pequena variação positiva de 0,2 ponto percentual. Já o universo total de conciliações realizadas, após dois

anos de ligeiro crescimento (1,1 ponto percentual), apresentou redução de 0,7 ponto percentual.

O relatório Justiça em Números 2019 aponta que o segmento que mais promoveu conciliações no decorrer de 2018 foi a Justiça do Trabalho, que solucionou 24% de seus casos por meio de acordo. Esse índice cresce para 39% quando se considera apenas a fase de conhecimento no primeiro grau.

Já nos juizados especiais, na fase de conhecimento, o índice foi de 16%, sendo de 18% na Justiça Estadual e de 11% na Justiça Federal. Na fase de execução nos juizados especiais, os números che-

garam a 13%. O levantamento revela que, enquanto no 1º grau a conciliação chegou a 13,2%, no 2º grau, ela se mostrou praticamente inexistente, com índices baixos em todos os segmentos de Justiça.

Ao considerar o índice de conciliação total, incluindo os procedimentos pré-processuais e as classes processuais que não são contabilizadas neste relatório (por exemplo, inquéritos, reclamação pré-processual, termos circunstanciados, cartas precatórias, precatórios, requisições de pequeno valor, entre outros), o índice de conciliação na Justiça Estadual se mantém, observando o total do segmento (10,4%), mas os números mudam nas avaliações por tribunal. Na Justiça Federal, os indicadores aumentaram para todos os TRFs, registrando no total uma elevação de 1,1 ponto percentual. Já a Justiça Eleitoral promoveu apenas 0,6% de acordos de conciliação.

O Movimento pela Conciliação promovido pelo CNJ inclui a realização da Semana Nacional pela Conciliação, criada para incentivar os tribunais a estimular acordos nas fases pré-processual e processual. A implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemecs), determinados por meio da Resolução CNJ nº 125/2010, também são iniciativas que visam fortalecer e estruturar unidades destinadas ao atendimento desses casos. (Fonte: CNJ)

Subseção Judiciária de Jequié se despede da servidora Iris Santos



A Subseção Judiciária de Jequié se despediu da servidora recém aposentada Iris Conceição Santos da Silva com duas confraternizações: a primeira realizada no dia 28/08 na sede da Subseção e a segunda em um jantar no dia 03/09.

A servidora tomou posse e entrou em exercício no dia da instalação da Vara Federal em Jequié e sempre foi muito querida por todos os colegas e juizes que passaram pela Subseção. No dia da des-



pedida, Dra Karine Carlos Costa Rhem da Silva, juíza federal titular, e Dr. Jorge Souza Peixoto, juiz federal substituto, fizeram questão de ressaltar o profissionalismo e a competência de Iris.

A diretora de Secretaria Maria de Fátima Martins ressaltou não apenas a excelente profissional que Iris sempre foi, mas também a colega leal para todos os servidores que tiveram o prazer de trabalhar com ela. Uma pessoa que fará falta.

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



26/08/09 - Subseção de Itabuna inaugura Projeto Permanente de Capacitação e Pesquisa

A Subseção Judiciária de Itabuna inaugurou o Projeto Permanente de Capacitação e Pesquisa, desenvolvido com o intuito de possibilitar a formação, qualificação e atualização dos servidores e estagiários da casa, promovendo cursos programados em cronograma semestral.

O primeiro evento, realizado no dia 4 de setembro, foi um workshop sobre conciliação, visando a atender as necessidades da Subseção para a semana de conciliação que ocorrerá no período de 14 a 18 de setembro, bem como a implantação de sessões de conciliação semanais, presididas por servidores e estagiários da casa, objetivando dar maior celeridade aos processos e satisfação aos jurisdicionados.

O treinamento ocorreu na própria Subseção e funcionou como uma mesa redonda, tendo como instrutora a servidora Caroline Angélica Rabelo de Souza, que também coordena o programa de capacitação permanente da Subseção.

A juíza federal Maízia Pamponet transmitiu sua experiência e conhecimentos adquiridos no curso de multiplicadores em mediação e conciliação, promovido recentemente pela ENFAM em Brasília.

Ao final, foram realizadas simulações para verificação de aprendizagem e fixação dos conceitos e técnicas passadas durante o curso. O programa de capacitação prevê, ainda para este ano, um curso de atermagem, um curso de contabilidade aplicada ao Direito Tributário e uma pesquisa de satisfação.

Aniversariantes - Hoje: Ana Carolina Oliveira de Carvalho Gomes (NUCJU), Evanilson Santos da Silva (19ª Vara), Aline dos Santos Oliveira (Guanambi), Iaci Reis dos Santos (9ª Vara) e Matheus Oliveira Souza (Feira de Santana). **Amanhã:** Juiz federal João Batista de Castro Junior (1ª Vara de Vitória da Conquista), João Gabriel Nogueira de Oliveira Carneiro (Feira de Santana), Carolina Teixeira Santos (Itabuna) e Geisa Alberoni De Jesus (CS Gestão & Serviço). **Parabéns!**

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.